



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Divisão de Conselhos/Secretaria-Geral

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes da pauta da I sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) de 2023 da Universidade Federal do ABC, realizada no dia 07 de março de 2023, às 14h, na Sala dos Conselhos, no 1º andar, da Torre I, do Bloco A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André.

Ordem do Dia:

1. *Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T).*

O presidente, Dácio Roberto Matheus, destacou a importância da retomada de discussões ligadas ao funcionamento da universidade, depois de anos apenas discutindo a sobrevivência das pessoas e a preservação da ciência e da própria universidade. Relembrou, conforme anunciado na I sessão ordinária deste Conselho, que o item referente à revisão do PPC do BC&T seria tratado em sessão extraordinária. Ademais, salientou que também fora acordado que seria nomeada uma Comissão Relatora para avaliação do documento, uma vez que demandava uma análise plural. A referida Comissão fora composta por Gisele Ducati, José Fernando Queiruga Rey, Marcelo Leigui e Bianca Barboza Bertoloto, esta última, conselheira representante discente de graduação. Em virtude de não ter havido consonância nas discussões, houve a emissão de dois pareceres distintos, um elaborado pelos três docentes e outro elaborado pela discente. Contudo, diferentemente de falas que vinham circulando, não havia duas propostas de PPC para deliberação no ConsEPE, mas, desde a VI sessão ordinária do ConsEPE de 2022, havia uma única proposta de PPC, demandada pela Coordenação do BC&T, encaminhado ao ConsEPE após deliberação pela Comissão de Graduação (CG). Destacou as bases que motivaram a necessidade de revisão desse PCC, além dos demais que veem tramitando ou que ainda tramitarão por este Conselho, quais sejam: a necessidade de atendimento aos dispostos na Resolução ConsEPE nº 253, que regulamenta a inclusão de carga horária em ações de extensão e de cultura exigida na graduação e a oportunidade de adequação desse PPC ao que preconiza o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC que, dentre outros pontos, estabelece que o rol de disciplinas obrigatórias dos cursos deve ser de no máximo 35%. Passou a palavra à conselheira e relatora Bianca Barboza que apresentou seu parecer, que propunha alterações no documento apresentado, de modo que, por fim, seria possível atender à redução de 42% para 35% o percentual de disciplinas obrigatórias do BC&T. Justificou sua posição pela redução que, além de atender ao PPI, também atenderia à demanda de uma grande parcela de estudantes. Destacou as propostas de adequação e finalizou, diante dos argumentos, posicionando-se desfavoravelmente à aprovação do PPC proposto em 2022, tendo em vista não ter havido a adequação ao PPI da UFABC. Ademais, sugeriu ao ConsEPE a avaliação das justificativas de alteração de créditos no PPC apresentado pela coordenação e das propostas de adequação apresentadas pelo Centro Acadêmico do BC&T, além da estruturação da categoria de disciplinas de opção limitada para acolhimento das disciplinas que deixem de pertencer ao rol de obrigatórias a fim de se atingir os 35% dos créditos totais. Em seguida, Gisele Ducati, José Fernando Q. Rey e Marcelo Leigui destacaram que, conforme documento encaminhado aos conselheiros e conselheiras, o parecer, elaborado e corroborado pelos três, era favorável à aprovação do PPC proposto, sendo indicada a remoção da exigência do teto para a fração de disciplinas obrigatórias do BC&T, por meio de uma emenda ao PPI. Desse modo, propunham-se dois caminhos: corte de disciplinas obrigatórias na matriz do PPC-BCT 2022, até o limite estabelecido pelo PPI 2017, implicando a supressão da disciplina do conjunto em

voga ou a redução de carga horária da disciplina; ou, ainda, supressão do limite estabelecido no PPI 2017 através de uma emenda a esse documento. Relembrou o histórico de formulação da proposta que contou com discussões no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação de Curso, Plenária de Curso, Comissão de Graduação, até chegar a este Conselho. Salientou que cada uma dessas etapas foi estudada e discutida, havendo motivações para não ter havido a redução para 35%. Ademais, argumentaram sobre os benefícios e necessidades da manutenção de determinadas disciplinas ante os desafios da sociedade moderna. Por fim, justificaram os 42%, tendo em vista já ter havido uma redução dos anteriores 47%. Findas as apresentações das relatorias, o presidente retomou a palavra e explanou sobre os marcos legais e a temporalidade a ser respeitada para aprovação da referida revisando. Em ampla discussão, foram apresentadas inúmeras argumentações para ambas as posições. Ainda, apresentou-se uma proposta de manutenção de algumas disciplinas e exclusão de outras, o que produziria um princípio de consenso entre as posições. Contudo, em virtude do avançado das horas, o presidente, entendendo que não se chegaria ao consenso no pouco tempo restante de reunião, anunciou que as discussões seriam retomadas em uma continuação da presente sessão na próxima terça-feira, 14 de março.

- ✓ *A secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, reforçou, a pedido da coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a importância de que conselheiros e conselheiras respondam ao questionário da CPA até o dia 09 de março.*